



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

<b>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 0006/2026</b>		<b>Data de Abertura: 02/06/2026 às 10:00</b> <b>no sítio: <a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a></b>	
<b>Unidade(s) Contratante(s):</b>			
<b>Secretaria Municipal de Administração</b>			
<b>Objeto:</b>			
<b>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, compreendendo serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas, visando garantir a preservação do patrimônio público, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso das unidades administrativas, pertencentes e vinculados à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA.</b>			
<b>Valor Total Estimado</b>			
<b>R\$ 3.000.063,77 (três milhões, sessenta reais e setenta e sete centavos).</b>			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de Disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
NÃO	NÃO	ABERTO	MENOR PREÇO GLOBAL
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Dem.?</b>	<b>Fundamento Legal</b>
NÃO	NÃO	NÃO	Lei: 14.133/21
<b>Recebimento de propostas:</b>			
Início: 18/05/2026 Término: 02/06/2026 às 10:00 Horas			
<b>Limite para impugnação:</b>			
Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.			
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até 2 horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro(a).			
<b>Pedidos de Esclarecimentos</b>		<b>Impugnações</b>	
<a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>		<a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>	

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**EDITAL**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0006/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02304069/26**

O MUNICÍPIO DE SALVATERRA, **por meio da(o)** Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 04.888.517/0001-10, por meio do Agente de Contratação, designado(a) pela Portaria Nº 091/2026, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço (global), no regime de empreitada por (preço global), nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital.

A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). O servidor irá acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

O Edital estará disponível no site do TCM-PA/GEO-OBRA <http://geoobras.tcm.pa.gov.br/Cidadao>, e gratuitamente na página da transparência municipal <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-salva-terra>, e no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, relativa a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, compreendendo serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas, visando garantir a preservação do patrimônio público, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso das unidades administrativas, pertencentes e vinculados à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA**, conforme Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico e Financeiro, Composição de Preços Unitário, BDI, Memorial de Cálculo, Especificação Técnica, Plantas da Obra e de acordo com o presente Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será organizada e subdividida em, formados por um ou mais itens, conforme tabelas constantes do Projeto Básico (Planilhas Orçamentárias), facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DO VALOR/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. O valor estimado para a execução do objeto é de **R\$ 3.000.063,77 (três milhões, sessenta reais e setenta e sete centavos)**, valor global, com base na Planilha Orçamentária de referência, oriunda das tabelas oficiais SINAPI e SEDOP, componente do ANEXO II deste Edital;

### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

2.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos próprios e/ou de Convênios com esta Municipalidade deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**0414 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças**

Exercício 2026 Atividade 04.123.0002.2.005 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, Classificação econômica 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceira pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.16 – Manutenção e conservação de bens imóveis.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Os interessados em participar desta Concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Bolsa Nacional de Compras, por meio do sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Bolsa Nacional de Compras), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. Os interessados em se credenciar no Bolsa Nacional de Compras poderão obter maiores informações na página [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.

3.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.3.1 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à (ao) Prefeitura Municipal de Salvaterra responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto ao Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. A Concorrência será conduzida pelo(a) Prefeitura Municipal de Salvaterra com apoio técnico e operacional do Bolsa Nacional de Compras, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **Bolsa Nacional de Compras**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º da Lei nº 14.133/2021;

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, onde será verificadas pendências no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União (CGU); que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que esteja incluída na lista de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União (TCU), que para fins de comprovação devem ser apresentadas certidões ou termos das consultas pela licitante para efetivação de sua habilitação;

d) pessoa física ou jurídica, cujo o proprietário ou sócio que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação na Concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Art. 42º a 49º;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícia;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das referidas documentações supracitadas.

5.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preço e documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7. Fica entendido que no projeto, todos os memoriais descritivos, especificações, orçamento e todo e qualquer documento que servir de base para a execução dos serviços e elaboração da Proposta de Preços, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se omita em um ou em outro, será válido.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de

Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7. A proposta financeira, sob pena de desclassificação, deverá vir acompanhada pelos seguintes documentos:

6.7.1. **Planilha Orçamentária**, conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – PLANILHA ORÇAMENTARIA, preenchida e assinada, onde estarão contidas todas as despesas necessárias para a execução do serviço, inclusive as salariais, totalização dos encargos sociais e trabalhistas, despesas adicionais, BDI e totalização de impostos e taxas, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades, não poderão ser alterados pela licitante, exceção feita às colunas de custo total e campo de somatórios ou quando devidamente estabelecido em ERRATA e/ou ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

6.7.2. **Composições analíticas das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)**, conforme o ANEXO II –DOCUMENTOS TÉCNICO DE ENGENHARIA: PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE B.D.I.

6.7.2.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

6.7.2.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

6.7.2.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

6.7.2.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

6.7.2.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

6.7.2.6. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital.

6.7.2.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

6.7.3. **Cronograma Físico e Financeiro** compatível com a obra, conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado. O cronograma físico-financeiro proposto pela licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de Referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

6.7.4. **Composição de Preços Unitários (CPU)**, conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

6.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

6.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme Art. 59º da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

## **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) 1% (UM POR CENTO).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. **Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. **O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.**

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, conforme Art. 60º, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. O Agente de Contratação convocará o licitante melhor classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

8.2.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação, ou por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

**8.3. A proposta deve conter:**

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver) e fazer menção a presente licitação;
- b) Valor total e global da proposta escrito por extenso, em moeda corrente nacional;
- c) Planilha Orçamentária, conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- d) Composições analíticas das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI): conforme o ANEXO II –DOCUMENTOS TÉCNICO DE ENGENHARIA: PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE B.D.I e) Cronograma Físico e Financeiro compatível com a obra, conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
- f) Composição de Preços Unitários (CPU), conforme o ANEXO II – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- h) Preço unitário de cada item que compõem o lote e o valor global do lote;
- i) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- j) Declaração expressa de que nos preços nela contidos estão incluídas todas e quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, materiais de consumo, lucros, encargos trabalhistas, sociais, fiscais, seguros, e outras despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para manter a higiene e segurança no trabalho, necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital;
- k) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente;
- l) As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar Declaração que se enquadram como ME / EPP, e que não tem nenhum dos impedimentos do §4º do Art. 3º da referida Lei;

8.3.1. O não envio da proposta ajustada por meio de campo próprio do Bolsa Nacional de Compras, com todos os requisitos elencados no item **8.3**, ou o descumprimento das diligências

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

determinadas pelo Agente de Contratação, acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6.1. O Agente de Contratação em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender as exigências deste edital, findo o prazo estabelecido no item 8.2.

8.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7.1. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.2. O prazo estabelecido pelo Agente de Contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Agente de Contratação.

**8.8. A(s) Proposta(s) de menor valor total e classificada(s) em 1º lugar será(ão) submetida(s) para apreciação e avaliação técnica pelo setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Salvaterra, o qual emitirá o Parecer Técnico se a(s) proposta(s) está(ão) em conformidade com as condições e especificações do Edital e seus anexos.**

8.8.1. O Agente de Contratação suspenderá o certame para a devida análise pelo setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Salvaterra, quando no momento da suspensão definirá a nova data e horário da retomada da mesma.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. A aceitação da(s) proposta(s) será condicionada ao Parecer Técnico de Engenharia, onde constará a(s) proposta(s) que estiver(em) em conformidade com o Edital e seus anexos. Encerrando a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do(s) licitante(s), observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.1.1. Os fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, deverão encaminhar sua declaração, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira conforme disposto nos Arts. 4º, caput, 8º, § 3º, e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, ou seu Certificado de Registro Cadastral junto ao SICAF, os quais terão sua validade e autenticidade conferidas;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br));

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.1.4. Certidão de licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>);

9.1.5. A consulta aos cadastros previstas nos itens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7. Os licitantes que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução normativa nº 3, de 2604/2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

9.1.8. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

9.2. As licitantes que estiverem cadastrados ou não no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, e regularmente cadastradas no Bolsa Nacional de Compras, as quais terão suas condições de habilitação verificadas pelo Agente de Contratação e Equipe de apoio, deverão

## **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

**9.3. Habilitação Jurídica:**

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;
- b) Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de Sociedade de Responsabilidade Limitada – LTDA;
- d) Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;
- g) No caso de cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- i) Cédula de identidade e CPF do proprietário e dos respectivos sócios.

9.3.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, juntamente com o seu QSA (Quadro de Sócios Administradores) com emissão não superior a 60 (sessenta) dias. A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz quando esta for a licitante e vice-versa, com a devida atividade do objeto da licitação.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal relativo à sede do licitante, caso a licitante tenha cnae de comércio;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - c.1) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;
  - c.2) Certidão regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do licitante.
  - c.3) Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

empresa for sediada; (Obs. as empresas cujo município sede não faça constar todos os tributos em uma mesma certidão, deverão apresentar quantas certidões sejam necessárias, para comprovação de sua situação em relação a todos os tributos)

d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), emitido pelo site da Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, emitido no site ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011), acompanhado da Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas, Recursos, em atendimento a Portaria 667/2021 do TEM e art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, Certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT e Certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991, expedidas eletronicamente através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, certidão de autos físico 1º e 2º grau, bem como a apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante.

f) Alvará de Funcionamento, expedido por órgão sede da empresa.

**9.5. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Certidão negativa de falência, concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005). Acompanhado das Certidões de (Nada Consta), originária do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, declaração de atribuição de execução originária do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, juntamente com as Certidões Judiciais no âmbito Federal de competência da unidade jurisdicional da sede da Licitante, através do sítio do Tribunal Regional Federal;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprove a real situação financeira da empresa, devendo conter a assinatura dos sócios e do contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios. O balanço deverá vir acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento e Livro Diário, Notas Explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76, Certidão de Habilidade Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil de acordo com a Resolução Nº 1.637/2021, juntamente com a certidão simplificada e certidão específica de arquivamento, expedidas pela Junta Comercial com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura do presente certame, juntamente com a Certidão de Inteiro Teor, emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, devidamente atualizada;. Para fins deste Edital, os valores constantes no balanço patrimonial poderão ser corrigidos por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante terá que, obrigatoriamente, apresentar documentação que o altere, devidamente registrada e arquivada na junta comercial;

c) Certidão Negativa de Protestos, todas datadas dos últimos 30 (trinta) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, e Certidão indicativa dos cartórios de protestos

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

e letras, distribuidores de títulos, falências e concordatas existentes na sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

d) Certidão Específica, emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, onde se possam extrair informações sobre atos arquivados e a existência de empresa e participação societária, em nome da(s) pessoa(s) física(s) e jurídica(s) sócias da licitante, emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, devidamente atualizada;

e) A real situação financeira do proponente poderá ser verificada com base nos Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência e Endividamento, demonstrados por memória de cálculo, através da apresentação dos cálculos abaixo, por profissional competente:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = 1,0$$

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} = 1,0$$

- Índice de Endividamento Geral (IEG) não superior a 1,0 (inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + PELP}{AT} = 1,0$$

Onde:

AC-Ativo Circulante

RLP-Realizável a Longo Prazo

PC-Passivo Circulante

ELP-Exigível a Longo Prazo

AT- Ativo Total

f) A não apresentação do cálculo será realizado pela comissão técnica através do balanço patrimonial;

g) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive os termos de abertura e encerramento, e demonstrações contábeis consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;

h) Para sociedade anônima, cópia autenticada da publicação do balanço patrimonial em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede da licitante;

i) Demonstrações contábeis realizados/elaborados via Escrituração Contábil digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED deverão ser apresentados com autenticação da Junta Comercial;

j) Certidão Negativa de registro de contas julgadas irregulares e/ou reprovadas, expedida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) ou pelo Tribunal de Contas competente do Estado de domicílio da licitante.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

k) Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) ou pelo Tribunal de Contas competente do Estado de domicílio da licitante, para fins de recebimento de transferência voluntária de recursos públicos estaduais e/ou habilitação em certame licitatório, comprovando a inexistência de imputação de débito e/ou aplicação de multas decorrentes de decisões transitadas em julgado.

**9.6. Qualificação Técnica:**

9.6.1. Parcelas de maior relevância

- a) Para fins desta licitação, consideram-se parcelas de maior relevância aquelas cujo valor seja igual ou superior a 4% do valor total da obra;
- b) Tendo em vista que o valor global do empreendimento é de R\$ 3.000.063,77, enquadram-se como parcelas de maior relevância os itens com valor a partir de R\$ 120.002,55;
- c) Conforme planilha apresentada abaixo, é exigida a comprovação mínima de 50% de execução dos serviços classificados como parcelas de maior relevância.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT DO PROJETO	VALOR DO PROJETO R\$	QUANT 50%	50% VALOR R\$	% DE ACERVO
11.1	Esquadria mad. venez. fixa c/caix. aduela e alizar	m <sup>2</sup>	130,00	R\$ 148.244,20	65,00	R\$ 74.122,10	50,00%
11.3	Grade de ferro 3/4" (incl. pint. anti-corrosiva)	m <sup>2</sup>	166,96	R\$ 150.257,32	83,48	R\$ 75.128,66	50,00%
18.3	Muro em alvenaria, rebocado e pintado 2 faces (h=2.50m)	m	300,00	R\$ 604.249,80	150,00	R\$ 302.124,90	50,00%

9.6.2. Exigências de qualificação

- a) Prova de inscrição, registro e quitação da pessoa jurídica e dos responsáveis técnicos junto ao CREA ou CAU, válida na data de apresentação da proposta;
- b) Capacitação técnico-operacional:  
Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando experiência na execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o objeto desta licitação, não sendo exigida a comprovação individualizada de serviços ou percentuais mínimos por item, nem a vinculação a parcelas de maior relevância;
- c) Capacitação técnico-profissional:  
Apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, com registro de atestado, emitida(s) pelo CREA ou CAU, comprovando que o(s) responsável(is) técnico(s) possui(em) experiência na execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o objeto licitado, sem exigência de comprovação por parcelas específicas;
- d) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão integrar o quadro permanente da empresa licitante na data da entrega da proposta, comprovado por:
- contrato social/estatuto (no caso de sócio);
  - nomeação como administrador/diretor;
  - registro em CTPS (empregado);
  - contrato de prestação de serviços vigente ou declaração de compromisso de vinculação futura;
- e) Quando solicitado, a licitante deverá comprovar a autenticidade dos atestados apresentados, mediante apresentação de cópia do contrato que originou o serviço, das respectivas CATs, endereço atualizado da contratante e local de execução da obra

9.7. Da Visita Técnica.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

9.7.1. Considerando a natureza do objeto da contratação, com vistas assegurar e garantir sua plena execução sem quaisquer transtornos à Administração Municipal, recomenda-se às licitantes a realização de Visita Técnica aos locais da execução do objeto desta contratação.

9.7.2. A realização da visita técnica é facultativa à empresa licitante, ainda assim cumpre à Administração Municipal demonstrar sua relevância, como um mecanismo de cautela que busca evitar que haja, tanto para a licitante, como principalmente para a Administração Municipal, prejuízos de natureza econômica, e/ou de natureza técnica, durante a execução do contrato, por previamente tornarem-se conhecedoras das condições estruturais, logísticas, técnicas e ambientais peculiares aos locais da obra que venham influenciar na formulação da proposta e nas condições da futura execução dos serviços.

9.7.3. Para agendamento e realização da visita técnica, a licitante deverá protocolar interesse e junto ao Departamento de Licitação, através do e-mail [licitasalaterra@gmail.com](mailto:licitasalaterra@gmail.com), a presente solicitação se dará entre o primeiro dia útil a partir da publicação do edital até o 3º dia útil antes da abertura da sessão, após esse prazo será informado através de e-mail qual dia será realizada a presente visita técnica.

9.7.4. A solicitação de agendamento se dará mediante apresentação de credencial devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, acompanhada da certidão de registro de pessoa jurídica perante o CREA/CAU, onde comprove que o credenciado pertence ao quadro técnico da licitante, acompanhado da identificação do mesmo.

9.7.5. A visita deverá ser realizada por técnicos da licitante que detenham conhecimento pertinente à área do objeto da contratação

9.7.6. O calendário de realização da visita técnica será definido pelo técnico responsável do Departamento de Licitação. Após a visita, os técnicos responsáveis fornecerão às empresas presentes, em modelo próprio, o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, que fará parte da documentação de habilitação para qualificação técnica da Licitante.

9.7.7. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante, assinada pelo Representante Legal e Responsável Técnico da empresa, que conste, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.8. Das declarações: devem ser juntadas aos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, são elas:

9.8.1. Declaração de Fato Superveniente: declarar de que não pesa contra si a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público.

9.8.2. Declaração de que não emprega menor: declarar que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

9.8.3. Declaração de Indicação de Representante Legal: declarar, indicar e disponibilizar os dados completos do representante legal da licitante que possui poderes para assinatura do contrato;

9.8.4. Declaração de Não Admitir Trabalho Forçado ou Degradante: declarar, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

9.8.5. Declaração de Compromisso de Execução dos serviços: declarar que executará a obra de acordo com o Projeto e as Especificações fornecidas, às quais alocação de forma imediata a partir da emissão da Ordem de Serviço todos os equipamentos, pessoal técnico especializado e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado e seguindo as normas das agências e órgão reguladores pertinentes;

9.8.6. Declaração de Disponibilidade: declarar que a qualquer momento e por necessidade da obra, fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação da Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, sem ônus de mobilização para esta ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e o que se compromete a atender às determinações da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e de que prestará toda assistência e colaborações necessárias ao atendimento à fiscalização das obras;

9.8.7. Declaração de Indicação de Responsável Técnico: declarar a indicação do responsável técnico da licitante, assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico, contendo nome completo e registro no órgão de classe, declarando ainda que manterá o profissional na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão;

9.8.8. Declaração de Pleno Conhecimento: declaração que recebeu os documentos relativos ao Edital e anexos, que se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, que tem pleno conhecimento do projeto básico, das especificações, das condições e da natureza do trabalho a ser executado, e que os preços propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, declarando ter pleno conhecimento do projeto básico, suas especificações e prazos de execução e vigência, estabelecidos no presente edital;

9.8.9. Declaração de Compromisso e Atendimento à NR-18: declarar que, caso vencedora do certame, a empresa licitante cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR-18, Norma Regulamentadora que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

9.8.10. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público: do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;

9.8.11. Declaração de Ciência e Responsabilidade: declarar estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, bem como que tem ciência e executará a obra de acordo com os prazos estabelecidos no presente Edital;

9.8.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas em anexos do edital, deverão ser confeccionadas pelo licitante.

9.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitido;

9.10.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

9.11. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.12. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. O Agente de Contratações poderá consultar sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar a devida autenticidade e as condições de habilitação das licitantes.

9.17. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

9.18. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos, inclusive no que se refere as certidões.

9.19. Serão aceitas Certidões Positivas com efeitos de Certidão Negativa

9.20. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem 30 (trinta) dias da data para abertura do certame.

9.21. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

9.22. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9.23. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem 30 (trinta) dias da data para abertura do certame.

9.24. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

9.25. Os participantes deverão encaminhar os documentos constantes na alínea “C.1”, “C.2” e “E”, subitem 9.4 e alínea “A”, “C” “D”, “J” e “K”, subitem 9.5, em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, com exceção a Certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes e Certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

Previdência Social, que deverão ser apresentadas apenas em nome da pessoa jurídica. A Certidão Negativa de Protestos exigida na alínea “c” do subitem 9.5 deverá ser apresentada em nome da sócia da empresa, emitida pelo Cartório de Protesto competente do município de seu domicílio/residência, observando-se a correspondência entre o endereço constante nos documentos pessoais, Contrato Social e última alteração contratual consolidada vigente da empresa, e a certidão apresentada.

**10. DOS RECURSOS**

10.1. Declarado o vencedor, o Agente de Contratação abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante a sessão pública, qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Agente de Contratação a finalizar o processo licitatório.

10.2. O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

10.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.4. O Agente de Contratação se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Agente de Contratação serão apreciados pela autoridade competente.

10.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal

de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

**13. DO TERMO DE CONTRATO, GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DE PROPOSTA**

13.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o Termo de Contrato.

13.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

13.3. O fornecedor registrado vencedor, poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação.

13.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante e aceita pela Administração, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal.

13.3.2. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Prefeitura Municipal poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.3.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

13.4.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

13.5. Será designado um Fiscal para o contrato e outro para obra, que desempenhará as atribuições previstas na lei.

13.6. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto desta Concorrência.

13.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**13.8. Garantia de Execução**

13.8.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II) Seguro Garantia; (1 (um) mês para apresentação, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado)

III) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

13.8.2. O contratado prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**13.9. Garantia de Proposta**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

A Prefeitura Municipal de Salvaterra exigirá como condição de participação deste certame comprovante de prestação de garantia de participação ou de manutenção da proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, nos termos do Art. 58, §§ 1º e 2º e seus incisos, da Lei 14.133/21, dentre as modalidades: caução em dinheiro, cheque ou título da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, a fim de proteger a Prefeitura Municipal contra atos ou omissões da Licitante;

- a) A caução em dinheiro (moeda corrente e cheque) a licitante fará a comprovação mediante a apresentação de depósito, em Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em nome da Prefeitura Municipal de Salvaterra, referente à Concorrência Eletrônica nº XXX/2026 e deverá ser comprovado através de seu respectivo comprovante de depósito;
- b) A Fiança bancária ou seguro-garantia deverá estar acompanhado de seu respectivo comprovante de pagamento;
- c) O comprovante de garantia de que se trata o subitem 13.9, deverá estar contido no ENVELOPE Nº 01 Habilitação.
- d) A garantia de proposta das licitantes não vencedoras será restituída no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da homologação.
- e) A garantia de proposta da licitante vencedora será liberada quando assinado o contrato.

**14. DO REAJUSTE**

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

**15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 ao 163, da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- 15.2.1.** Advertência;
- 15.2.2.** Multa;
- 15.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 15.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções

**15.4. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** – Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**15.4.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

**16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

16.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou solicitar pedido de esclarecimento.

**16.2. A impugnação e/ou esclarecimento deverá ser realizada por forma eletrônica, por petição dirigida ou protocolada exclusivamente no endereço [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

16.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Bolsa Nacional de Compras, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

16.6. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao Art. 55º § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

16.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

**17. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

17.1. A fiscalização da obra executada será de competência e responsabilidade da fiscalização desta Prefeitura ou do órgão público municipal, devidamente indicado e designado para esta finalidade, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos o termo do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

17.2. A fiscalização se efetivará no local da obra.

17.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Prefeitura e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

17.4. O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes a execução dos serviços será o LIVRO DE OCORRÊNCIAS, onde tanto a Contratada quanto a fiscalização deverão proceder as anotações visando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados por ambas as partes.

17.5. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada, ou de seus contratados no interesse dos serviços, assim como aceitar a substituição dos integrantes da equipe técnica contratada, através de solicitação por escrito da mesma.

17.6. Concluídos a obra, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

17.7. A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco em perfeitas condições de conservação e funcionamento, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

17.8. Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se as obras de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução dos serviços, será lavrado o "Termo de Recebimento Definitivo".

17.9. Aceitas as obras e serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

**18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. À Prefeitura Municipal compete anular esta Concorrência por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

18.1.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

18.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório.

18.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

18.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18.7. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

18.8. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

18.9. Esta Concorrência poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Administração.

18.10. Do foro, as questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Salvaterra / PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18. DOS ANEXOS:**

18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

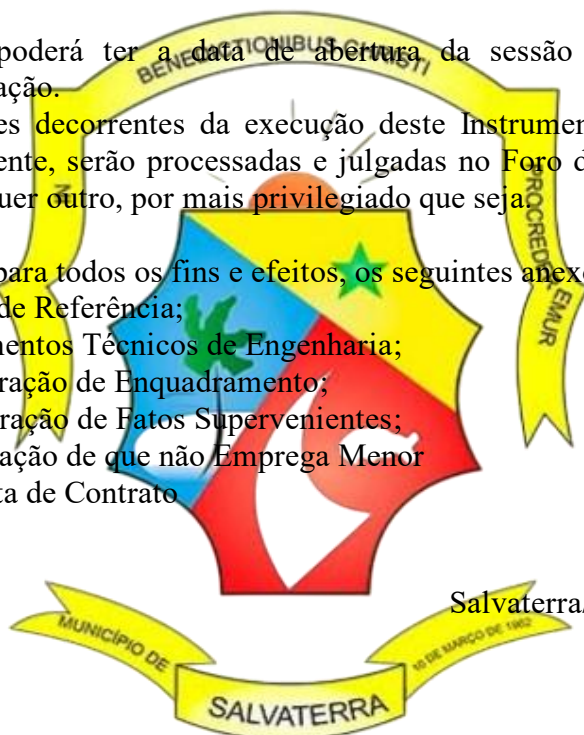
18.1.2. ANEXO II – Documentos Técnicos de Engenharia;

18.1.3. ANEXO III – Declaração de Enquadramento;

18.1.4. ANEXO IV – Declaração de Fatos Supervenientes;

18.1.5. ANEXO V – Declaração de que não Emprega Menor

18.1.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato



Salvaterra/PA, 18 de maio de 2026.

**VALENTIM LUCAS DE OLIVEIRA**

*Prefeito Municipal*

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, compreendendo serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas, visando garantir a preservação do patrimônio público, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso das unidades administrativas, pertencentes e vinculados à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA.

**2. DA UNIDADE REQUISITANTE, OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. O Município de Salvaterra/PA, através da Prefeitura Municipal, pretende contratar empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, compreendendo serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas, visando garantir a preservação do patrimônio público, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso das unidades administrativas, pertencentes e vinculados à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA. Esta contratação será realizada com base na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 03, de 13 de janeiro de 2025, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 04 de novembro de 2022.

2.2. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais dos imóveis, de forma parcelada pela Unidade Requisitante.

2.3. As especificações e os quantitativos encontram-se detalhados na tabela referencial deste Termo de Referência.

**3. DETALHAMENTO DO OBJETO**

3.1. Especificações dos itens.

Item	Código	Banco	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		1		<b>23.818,38</b>	<b>23.818,38</b>	<b>0,79 %</b>
1.1	010032	SEDO P	Destocamento manual de arvores d=30cm	un	36	413,80	520,68	18.744,48	0,62 %
1.2	010008	SEDO P	Limpeza do terreno	m <sup>2</sup>	390	10,34	13,01	5.073,90	0,17 %
2			<b>DEMOLIÇÕES E RETIRADAS</b>		1		<b>194.792,66</b>	<b>194.792,66</b>	<b>6,49 %</b>

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

2.1	020738	SEDO P	Apicoamento de concreto	m <sup>2</sup>	157	134,48	169,21	26.565,97	0,89 %
2.2	020737	SEDO P	Apicoamento de reboco ou cimentado	m <sup>2</sup>	120	8,27	10,40	1.248,00	0,04 %
2.3	020756	SEDO P	Demolição manual de concreto armado	m <sup>3</sup>	5	1.246,88	1.568,94	7.844,70	0,26 %
2.4	020018	SEDO P	Demolição manual de concreto simples	m <sup>3</sup>	31,4	606,07	762,61	23.945,95	0,80 %
2.5	020016	SEDO P	Demolição manual de alvenaria de tijolo	m <sup>3</sup>	78,5	139,86	175,98	13.814,43	0,46 %
2.6	020841	SEDO P	Retirada de bloquete com aproveitamento	m <sup>2</sup>	230	32,60	41,02	9.434,60	0,31 %
2.7	020628	SEDO P	Retirada de piso cimentado	m <sup>2</sup>	120	60,60	76,25	9.150,00	0,30 %
2.8	021534	SEDO P	Retirada de forro em PVC, incl. barroteamento	m <sup>2</sup>	370	9,41	11,84	4.380,80	0,15 %
2.9	021527	SEDO P	Retirada de grade de ferro	m <sup>2</sup>	70	54,06	68,02	4.761,40	0,16 %
2.10	021526	SEDO P	Retirada de louça sanitária	un	10	22,86	28,76	287,60	0,01 %
2.11	020855	SEDO P	Retirada de luminárias	un	72	18,90	23,78	1.712,16	0,06 %
2.12	020856	SEDO P	Retirada de mictório aço inox	un	10	116,45	146,52	1.465,20	0,05 %
2.13	020677	SEDO P	Retirada de pintura (c/ escova de aço)	m <sup>2</sup>	370	14,02	17,64	6.526,80	0,22 %
2.14	020235	SEDO P	Retirada de piso ceramico, inclusive camada regularizadora	m <sup>2</sup>	370	65,26	82,11	30.380,70	1,01 %
2.15	020023	SEDO P	Retirada de piso incl. camada impermeabilizadora	m <sup>2</sup>	310	65,26	82,11	25.454,10	0,85 %
2.16	021529	SEDO P	Retirada de ponto de água/esgoto	pt	30	47,62	59,92	1.797,60	0,06 %
2.17	020857	SEDO P	Retirada de ponto elétrico	pt	45	37,81	47,57	2.140,65	0,07 %
2.18	020019	SEDO P	Retirada de reboco ou emboço	m <sup>2</sup>	320	23,31	29,33	9.385,60	0,31 %
2.19	020307	SEDO P	Retirada de telhas de barro	m <sup>2</sup>	360	27,91	35,11	12.639,60	0,42 %
2.20	020024	SEDO P	Retirada de telhas fibrocimento sem aproveitamento	m <sup>2</sup>	220	6,71	8,44	1.856,80	0,06 %
<b>3</b>			<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>		<b>1</b>		<b>18.431,63</b>	<b>18.431,63</b>	<b>0,61 %</b>
3.1	030011	SEDO P	Aterro incluindo carga, descarga, transporte e apiloamento	m <sup>3</sup>	42	210,84	265,29	11.142,18	0,37 %
3.2	030010	SEDO P	Escavação manual de ate 1.50m de profundidade	m <sup>3</sup>	35	165,52	208,27	7.289,45	0,24 %
<b>4</b>			<b>FUNDAÇÃO</b>		<b>1</b>		<b>117.099,3 6</b>	<b>117.099,3 6</b>	<b>3,90 %</b>
4.1	040284	SEDO P	Baldrame em concreto armado c/ cinta de amarração	m <sup>3</sup>	10	4.937,52	6.212,88	62.128,80	2,07 %
4.2	040283	SEDO P	Bloco em concreto armado p/ fundação (incl. forma)	m <sup>3</sup>	6	5.203,02	6.546,96	39.281,76	1,31 %

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

4.3	040257	SEDO P	Lastro de concreto magro c/ seixo	m <sup>3</sup>	10	1.246,83	1.568,88	15.688,80	0,52 %
<b>5</b>			<b>ESTRUTURA</b>		<b>1</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b> %
6	020020	SEDO P	Retirada da estrutura em madeira da cobertura	m <sup>2</sup>	370	60,51	76,13	28.168,10	0,94 %
<b>7</b>			<b>CONCRETO</b>		<b>1</b>		<b>89.519,10</b>	<b>89.519,10</b>	<b>2,98</b> %
7.1	050729	SEDO P	Concreto armado fck=20MPa c/ forma mad. branca (incl. lançamento eadensamento)	m <sup>3</sup>	12	4.809,27	6.051,50	72.618,00	2,42 %
7.2	050713	SEDO P	Laje pré-moldada e=12cm (incl. capeamento) - unidirecional	m <sup>2</sup>	89	150,92	189,90	16.901,10	0,56 %
<b>8</b>			<b>PAREDES E PAINÉIS</b>		<b>1</b>		<b>258.878,2 0</b>	<b>258.878,2 0</b>	<b>8,63</b> %
8.1	060046	SEDO P	Alvenaria tijolo de barro a cutelo	m <sup>2</sup>	240	191,99	241,58	57.979,20	1,93 %
8.2	060045	SEDO P	Alvenaria tijolo de barro a singelo	m <sup>2</sup>	169	230,84	290,46	49.087,74	1,64 %
8.3	061358	SEDO P	Divisória em gesso acartonado e=11cm	m <sup>2</sup>	132	155,02	195,06	25.747,92	0,86 %
8.4	061352	SEDO P	Divisória Divilux perfil em alumínio/miolo celular (painel cego)	m <sup>2</sup>	97	137,35	172,82	16.763,54	0,56 %
8.5	060813	SEDO P	Divisória em granito cinza - incl. ferrag. de fixação	m <sup>2</sup>	85	1.021,92	1.285,88	109.299,8 0	3,64 %
<b>9</b>			<b>COBERTURA</b>		<b>1</b>		<b>178.343,5 5</b>	<b>178.343,5 5</b>	<b>5,94</b> %
9.1	070051	SEDO P	Estrutura em mad. lei p/ telha de barro - pç.aparelhada	m <sup>2</sup>	330	188,52	237,21	78.279,30	2,61 %
9.2	070053	SEDO P	Estrutura em mad.p/ chapa fibrocimento/ telha asfáltica - pc. aparelhada	m <sup>2</sup>	120	117,77	148,18	17.781,60	0,59 %
9.3	070827	SEDO P	Lambrequeim de madeira de lei aparelhada	m	120	42,74	53,77	6.452,40	0,22 %
9.4	070047	SEDO P	Cobertura - telha de fibrocimento e=6mm	m <sup>2</sup>	80	91,66	115,33	9.226,40	0,31 %
9.5	070058	SEDO P	Cobertura - telha plan	m <sup>2</sup>	280	100,48	126,43	35.400,40	1,18 %
9.6	070277	SEDO P	Calha em chapa galvanizada	m	120	128,15	161,25	19.350,00	0,64 %
9.7	070287	SEDO P	Cumeeira de barro	m	66	30,88	38,85	2.564,10	0,09 %
9.8	070029	SEDO P	Cumeeira em fibrocimento e=6mm	m	45	85,48	107,55	4.839,75	0,16 %
9.9	070241	SEDO P	Encalçamento de telha ceramica (beiral e cumeeira)	m	120	29,47	37,08	4.449,60	0,15 %
<b>10</b>			<b>IMPERMEABILIZAÇÔE S</b>		<b>1</b>		<b>127.113,4 0</b>	<b>127.113,4 0</b>	<b>4,24</b> %
10.1	080028	SEDO P	Descupinização	m <sup>2</sup>	360	24,39	30,68	11.044,80	0,37 %
10.2	080151	SEDO	Impermeabilização de lajes,	m <sup>2</sup>	280	215,80	271,54	76.031,20	2,53 %

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

		P	calhas e reservatórios							%
10.3	080273	SEDO P	Reboco impermeabilizante	m <sup>2</sup>	390	81,59	102,66	40.037,40	1,33	%
<b>11</b>			<b>ESQUADRIAS</b>		<b>1</b>		<b>336.828,67</b>	<b>336.828,67</b>	<b>11,23</b>	<b>%</b>
11.1	090525	SEDO P	Esquadria mad. venez. fixa c/caix. aduela e alizar	m <sup>2</sup>	130	906,26	1.140,34	148.244,20	4,94	%
11.2	090062	SEDO P	Porta mad. compens. c/ caix. aduela e alizar	m <sup>2</sup>	36,96	824,12	1.036,99	38.327,15	1,28	%
11.3	090621	SEDO P	Grade de ferro 3/4" (incl. pint. anti-corrosiva)	m <sup>2</sup>	166,96	715,22	899,96	150.257,32	5,01	%
<b>12</b>			<b>REVESTIMENTOS</b>		<b>1</b>		<b>60.164,47</b>	<b>60.164,47</b>	<b>2,01</b>	<b>%</b>
12.1	110143	SEDO P	Chapisco de cimento e areia no traço 1:3	m <sup>2</sup>	382	24,80	31,20	11.918,40	0,40	%
12.2	110762	SEDO P	Emboço com argamassa 1:6:Adit. Plast.	m <sup>2</sup>	382	62,60	78,76	30.086,32	1,00	%
12.3	110644	SEDO P	Revestimento Cerâmico Padrão Médio - incl. rejuntamento	m <sup>2</sup>	175	82,47	103,77	18.159,75	0,61	%
<b>13</b>			<b>PISOS</b>		<b>1</b>		<b>110.877,10</b>	<b>110.877,10</b>	<b>3,70</b>	<b>%</b>
13.1	130492	SEDO P	Calçada (incl.alicerce, baldrame e concreto c/ junta seca)	m <sup>2</sup>	126	177,07	222,80	28.072,80	0,94	%
13.2	130110	SEDO P	Camada regularizadora no traço 1:4	m <sup>2</sup>	370	57,22	71,99	26.636,30	0,89	%
13.3	131026	SEDO P	Cerâmica anti-derrapante	m <sup>2</sup>	280	115,16	144,90	40.572,00	1,35	%
13.4	130492	SEDO P	Calçada (incl.alicerce, baldrame e concreto c/ junta seca)	m <sup>2</sup>	70	177,07	222,80	15.596,00	0,52	%
<b>14</b>			<b>FORRO</b>		<b>1</b>		<b>81.166,90</b>	<b>81.166,90</b>	<b>2,71</b>	<b>%</b>
14.1	140348	SEDO P	Barroteamento em madeira de lei p/ forro PVC	m <sup>2</sup>	370	117,66	148,05	54.778,50	1,83	%
14.2	141336	SEDO P	Forro em lambri de PVC	m <sup>2</sup>	370	56,68	71,32	26.388,40	0,88	%
<b>15</b>			<b>PINTURA</b>		<b>1</b>		<b>46.677,87</b>	<b>46.677,87</b>	<b>1,56</b>	<b>%</b>
15.1	150741	SEDO P	Latex acrílica (sobre pintura antiga)	m <sup>2</sup>	230	17,39	21,88	5.032,40	0,17	%
15.2	150253	SEDO P	Latex acrílica fosca int./ext. c/massa e selador - 3 demaos	m <sup>2</sup>	320	67,40	84,80	27.136,00	0,90	%
15.3	150302	SEDO P	Esmalte s/ ferro (superf. lisa)	m <sup>2</sup>	82	83,07	104,52	8.570,64	0,29	%
15.4	150134	SEDO P	Esmalte sobre madeira c/ massa e selador	m <sup>2</sup>	57	82,81	104,19	5.938,83	0,20	%
<b>16</b>			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>		<b>1</b>		<b>338.906,98</b>	<b>338.906,98</b>	<b>11,30</b>	<b>%</b>
16.1	170882	SEDO P	Caixa polifásica padrão Equatorial	un	1	242,80	305,51	305,51	0,01	%
16.2	170387	SEDO P	Quadro de distribuição metálico de embutir p/ 40 disjuntores (c/barramento)	un	2	1.800,85	2.266,00	4.532,00	0,15	%

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

16.3	170892	SEDO P	Disjuntor 10 DR 2P- 25A 10 mA - PADRÃO DIN	un	4	243,31	306,15	1.224,60	0,04 %
16.4	170330	SEDO P	Disjuntor 1P - 40 e 50A - PADRÃO DIN	un	4	48,80	61,40	245,60	0,01 %
16.5	170326	SEDO P	Disjuntor 1P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	un	20	36,72	46,20	924,00	0,03 %
16.6	170362	SEDO P	Disjuntor 2P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	un	10	88,63	111,52	1.115,20	0,04 %
16.7	170075	SEDO P	Eletroduto PVC Rígido de 1/2"	m	600	22,85	28,75	17.250,00	0,57 %
16.8	170076	SEDO P	Eletroduto PVC Rígido de 3/4"	m	220	25,51	32,09	7.059,80	0,24 %
16.9	170727	SEDO P	Eletroduto PVC Rígido de 4"	m	120	131,91	165,98	19.917,60	0,66 %
16.1 0	170743	SEDO P	Cabo de cobre 2,5mm2 - 1 KV	m	1200	14,05	17,67	21.204,00	0,71 %
16.1 1	170744	SEDO P	Cabo de cobre 4mm2 - 1 KV	m	180	17,56	22,09	3.976,20	0,13 %
16.1 2	170318	SEDO P	Cabo de cobre 6mm2 - 750 V	m	130	19,60	24,66	3.205,80	0,11 %
16.1 3	170333	SEDO P	Interruptor 1 tecla paralelo (s/fiação)	un	20	44,09	55,47	1.109,40	0,04 %
16.1 4	170336	SEDO P	Interruptor 2 teclas paralelo (s/fiação)	un	10	82,05	103,24	1.032,40	0,03 %
16.1 5	170964	SEDO P	Interruptor 2 teclas +Tomada 2P +T (s/fiação)	un	10	81,46	102,50	1.025,00	0,03 %
16.1 6	170701	SEDO P	Ponto de força (tubul., fiação e disjuntor) acima de 200W	pt	15	995,33	1.252,42	18.786,30	0,63 %
16.1 7	170692	SEDO P	Ponto p/ ventilador de teto (c/ fiação)	pt	12	233,47	293,77	3.525,24	0,12 %
16.1 8	171491	SEDO P	Revisão de ponto de luz	pt	35	209,02	263,00	9.205,00	0,31 %
16.1 9	170339	SEDO P	Tomada 2P+T 10A (s/fiação)	un	40	40,48	50,93	2.037,20	0,07 %
16.2 0	171528	SEDO P	Lâmpada de Led Tubular 18W bivolt	un	150	23,12	29,09	4.363,50	0,15 %
16.2 1	170983	SEDO P	Luminária tipo arandela- casco de tartaruga	un	25	149,87	188,58	4.714,50	0,16 %
16.2 2	171530	SEDO P	Luminária de embutir com aletas e 2 lâmpadas de Led de 18W	un	70	262,06	329,75	23.082,50	0,77 %
16.2	170683	SEDO P	Ponto de logica - UTP (incl. eletr.,cabo e conector)	pt	30	962,54	1.211,16	36.334,80	1,21 %

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

3										
16.24	231335	SEDO P	Dreno para caixa ar condicionado de parede h=3,0m	un	15	150,60	189,49	2.842,35	0,09 %	
16.25	231084	SEDO P	Ponto de dreno p/ split (10m)	pt	30	443,74	558,35	16.750,50	0,56 %	
16.26	231086	SEDO P	Ponto de gás p/ split até 60.000 BTU's (10m)	pt	30	2.759,86	3.472,73	104.181,90	3,47 %	
16.27	230262	SEDO P	Ponto p/ar condicionado(tubul.,cj.airsto p e fiação)	pt	15	977,99	1.230,60	18.459,00	0,62 %	
16.28	230846	SEDO P	Revisão de ponto de ar condicionado	pt	22	379,20	477,14	10.497,08	0,35 %	
<b>17</b>			<b>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>		<b>1</b>		<b>255.309,30</b>	<b>255.309,30</b>	<b>8,51 %</b>	
17.1	180299	SEDO P	Ponto de agua (incl. tubos e conexoes)	pt	32	667,86	840,36	26.891,52	0,90 %	
17.2	180414	SEDO P	Caixa em alvenaria de 30x30x30cm c/ tpo. concreto	un	15	355,64	447,50	6.712,50	0,22 %	
17.3	180417	SEDO P	Filtro anaerobico conc.arm. d=1.4m p=1.8m	un	3	5.025,69	6.323,82	18.971,46	0,63 %	
17.4	180550	SEDO P	Fossa septica em concreto armado - cap= 50 pessoas	un	3	11.128,54	14.003,04	42.009,12	1,40 %	
17.5	180543	SEDO P	Sumidouro em alvenaria c/ tpo.em concreto - cap= 50 pessoas	un	3	5.709,71	7.184,52	21.553,56	0,72 %	
17.6	180513	SEDO P	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente	m	320	250,43	315,11	100.835,20	3,36 %	
17.7	190609	SEDO P	Bacia sifonada c/cx. descarga acoplada c/ assento	un	4	809,83	1.019,00	4.076,00	0,14 %	
17.8	190375	SEDO P	Lavatorio de louça c/col.,torneira,sifao e valv.	un	4	1.159,78	1.459,35	5.837,40	0,19 %	
17.9	190401	SEDO P	Mictorio individual em louça c/ acessorios	un	4	970,20	1.220,80	4.883,20	0,16 %	
17.10	250512	SEDO P	Casa de bomba - 1,20x0,80m; h = 0,80m	un	2	3.157,38	3.972,93	7.945,86	0,26 %	
17.11	250672	SEDO P	Torre p/ caixa d'agua h=4.0m (alvenaria)	un	2	6.196,25	7.796,74	15.593,48	0,52 %	
<b>18</b>			<b>OUTROS</b>		<b>1</b>		<b>725.848,30</b>	<b>725.848,30</b>	<b>24,19 %</b>	
18.1	261526	SEDO P	Cerca c/ mourão em concreto e tela de arame galvanizado h=2,0m	m	260	245,23	308,57	80.228,20	2,67 %	
18.2	260522	SEDO P	Meio-fio em concreto nas dimensões 0,15m x 0,12m-c/ lâmina d'água	m	270	62,62	78,79	21.273,30	0,71 %	
18.3	260652	SEDO P	Muro em alvenaria,rebocado e pintado 2 faces(h=2.50m)	m	330	1.455,19	1.831,06	604.249,80	20,14 %	
18.4	260168	SEDO	Plantio de grama (incl. terra	m <sup>2</sup>	330	48,40	60,90	20.097,00	0,67 %	

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

		P	preta)						%
<b>19</b>			<b>LIMPEZA GERAL</b>		<b>1</b>		<b>8.119,80</b>	<b>8.119,80</b>	<b>0,27</b>
19.1	270220	SEDO P	Limpeza geral e entrega da obra	m <sup>2</sup>	390	16,55	20,82	8.119,80	0,27

**Total sem BDI** 2.384.282,91  
**Total do BDI** 615.780,86  
**Total Geral** 3.000.063,77

3.2. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais das unidades administrativas pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, visando assegurar condições adequadas de funcionamento, conservação, segurança, acessibilidade, salubridade e eficiência dos espaços públicos utilizados pela Administração Municipal e pela população.

4.2. As edificações públicas municipais estão sujeitas ao desgaste natural decorrente da utilização contínua, da ação do tempo, das condições climáticas da região e da própria dinâmica operacional das atividades administrativas, ocasionando deteriorações em estruturas físicas, sistemas elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, coberturas, revestimentos, pinturas e demais componentes prediais, tornando indispensável a realização de serviços permanentes de manutenção e conservação.

4.3. A ausência de manutenção adequada pode ocasionar comprometimento da estrutura física dos imóveis públicos, interrupção ou prejuízo na prestação dos serviços públicos essenciais, aumento de custos futuros com reparos de maior complexidade, além de riscos à integridade física de servidores, colaboradores e usuários das unidades públicas.

4.4. Nesse contexto, a contratação pretendida tem como finalidade garantir a preservação do patrimônio público municipal, prolongar a vida útil das edificações, assegurar melhores condições de trabalho aos servidores públicos e proporcionar atendimento adequado à população usuária dos serviços municipais.

4.5. Além disso, os serviços abrangem intervenções diversas, incluindo manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, serviços de alvenaria, pintura, cobertura, pequenos reparos estruturais, adequações físicas, recuperação de ambientes e demais serviços correlatos necessários ao pleno funcionamento das edificações públicas municipais.

#### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

4.6. A contratação também se mostra necessária em razão da inexistência de equipe técnica própria suficiente, bem como da ausência de estrutura operacional e logística adequada para execução contínua, simultânea e especializada dos diversos serviços de manutenção predial demandados pelas unidades administrativas municipais.

4.7. Ademais, a realização da contratação contribuirá para maior eficiência administrativa, economicidade e celeridade no atendimento das demandas de manutenção, evitando a paralisação de atividades administrativas e reduzindo prejuízos decorrentes da deterioração progressiva das instalações públicas.

4.8. Dessa forma, a contratação revela-se medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a adequada conservação dos bens públicos municipais e o atendimento do interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e preservação do patrimônio público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.9. Justificativa da Quantidade**

4.9.1. A estimativa quantitativa da presente contratação foi definida com base nas necessidades contínuas e recorrentes de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, considerando a diversidade de unidades administrativas, o uso permanente das edificações públicas e a necessidade de garantir condições adequadas de segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e conservação do patrimônio público.

4.9.2. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo e foram estabelecidos a partir do levantamento das demandas identificadas pelas unidades administrativas municipais, considerando a necessidade de atendimento a serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento dos prédios públicos.

4.9.3. A definição das quantidades levou em consideração fatores como a quantidade de edificações públicas municipais a serem atendidas, o histórico de manutenções realizadas, o desgaste natural decorrente do uso contínuo dos imóveis, a exposição das estruturas às condições climáticas, a necessidade de intervenções preventivas periódicas e a ocorrência de demandas corretivas imprevisíveis, próprias da natureza dos serviços de manutenção predial.

4.9.4. Considerou-se, ainda, que os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência contratual, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração Municipal. Assim, os quantitativos estimados buscam assegurar margem adequada para atendimento das demandas ordinárias e eventuais situações emergenciais, evitando descontinuidade dos serviços públicos ou prejuízos ao funcionamento das unidades administrativas.

4.9.5. Dessa forma, as quantidades estimadas mostram-se compatíveis, razoáveis e proporcionais às necessidades da Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, permitindo adequada execução

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

contratual, melhor planejamento das intervenções, preservação do patrimônio público, redução de custos com manutenções emergenciais e maior eficiência na prestação dos serviços públicos à população.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O requisito básico para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA é que a futura contratada esteja devidamente constituída, regularizada, habilitada e tecnicamente capacitada para execução dos serviços objeto da contratação, possuindo competência operacional, estrutura técnica, mão de obra qualificada e capacidade administrativa compatíveis com a natureza, complexidade e demanda dos serviços a serem executados.

5.2. A empresa contratada deverá possuir aptidão técnica e operacional para execução contínua de serviços de conservação predial, reparos, recuperação de estruturas, adequações físicas, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas municipais, observando rigorosamente as especificações técnicas, normas de segurança, legislação aplicável e orientações da fiscalização contratual.

5.3. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, materiais e suporte operacional suficientes para atendimento das demandas das Secretarias e unidades administrativas pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, garantindo regularidade, eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços.

5.4. Os serviços deverão ser executados de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades identificadas pela Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela fiscalização contratual.

5.5. A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho – NR's, legislação ambiental, normas de acessibilidade, saúde ocupacional e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços de manutenção predial.

5.6. A contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, instrumentos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, salvo disposição diversa expressamente prevista no Termo de Referência.

5.7. Os serviços executados deverão atender aos padrões mínimos de qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade e desempenho exigidos pela Administração Municipal, ficando a contratada obrigada a corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas ou determinações da fiscalização contratual.

## **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

### **5.8. SUSTENTABILIDADE**

I. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas práticas voltadas à redução dos impactos ambientais, racionalização do consumo de recursos naturais e promoção da sustentabilidade na execução contratual, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normativas aplicáveis.

II. A contratada deverá, sempre que tecnicamente viável:

- a) Priorizar a utilização de materiais recicláveis, reutilizáveis, biodegradáveis, atóxicos ou provenientes de fontes sustentáveis;
- b) Adotar práticas que promovam o uso racional de água, energia elétrica e demais recursos empregados na execução dos serviços;
- c) Promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos, entulhos, materiais descartados e demais resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual;
- d) Utilizar materiais, equipamentos e insumos que atendam às normas técnicas e ambientais vigentes;
- e) Minimizar desperdícios de materiais e reduzir impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

III. A contratada deverá disponibilizar à Administração Municipal todas as informações técnicas necessárias ao adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços executados, incluindo especificações técnicas, manuais, orientações operacionais e demais documentos pertinentes, sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

### **5.9. SUBCONTRATAÇÃO**

I. Fica vedada a subcontratação total do objeto contratual.

II. A subcontratação parcial somente poderá ocorrer em situações excepcionais, devidamente justificadas pela contratada e previamente autorizadas pela Administração Municipal, desde que não comprometa a qualidade, segurança, regularidade e eficiência da execução contratual, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

III. Em qualquer hipótese, a responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, previdenciária e contratual pela execução do objeto permanecerá integralmente sob responsabilidade da contratada.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **6.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

6.1.1. O fornecedor será selecionado mediante realização de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a necessidade de execução integrada, contínua e coordenada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das edificações públicas pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA.

### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

6.1.3. A adoção do critério de menor preço global mostra-se tecnicamente mais adequada à natureza do objeto contratado, uma vez que os serviços possuem caráter contínuo, complementar e interdependente, demandando gestão operacional unificada, padronização técnica e maior eficiência no acompanhamento e fiscalização contratual.

6.1.4. A futura contratação observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, planejamento, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.1.5. As exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e operacional serão definidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório, observando-se a natureza, complexidade e relevância dos serviços a serem executados.

6.1.6. A empresa licitante deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, demonstrando aptidão para execução de serviços de manutenção predial, conservação, reparos, recuperação estrutural, adequações físicas e pequenos serviços de engenharia em edificações públicas ou privadas, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica e demais documentos exigidos no edital.

**7. DA REFERÊNCIA DE PREÇO DE MERCADO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO**

7.1. **MÉTODO DE PESQUISA:** Informamos que a pesquisa de preços foi retirada do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI. Ressalta-se que a metodologia utilizada para obtenção dos valores de mercado foi a disposta no inciso I, parágrafo § 2º, Art. 23º, da Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, conforme abaixo:

*“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”:*

*§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro),*

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

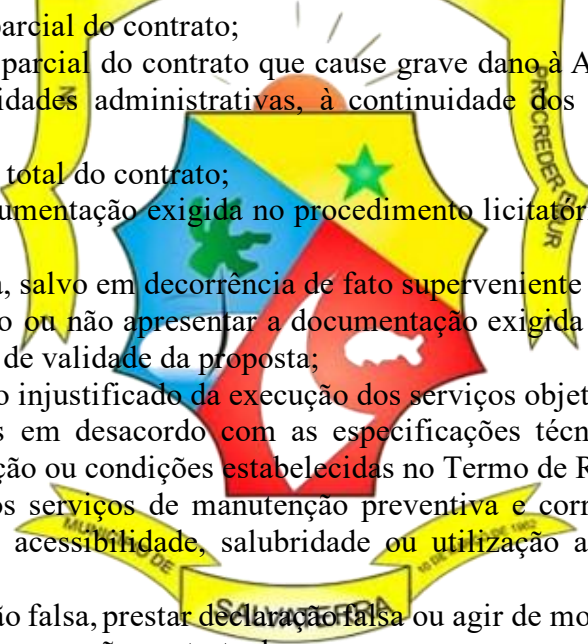
*Comissão de Licitação*

*para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;”.*

7.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.000.063,77 (três milhões, sessenta reais e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 3 deste termo.

## **8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- 
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
  - II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Municipal, ao funcionamento das unidades administrativas, à continuidade dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III. Der causa à inexecução total do contrato;
  - IV. Deixar de entregar documentação exigida no procedimento licitatório ou durante a execução contratual;
  - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - VI. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para contratação quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - VII. Ensejar o retardamento injustificado da execução dos serviços objeto da contratação;
  - VIII. Executar os serviços em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis, determinações da fiscalização ou condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
  - IX. Falhar na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, comprometendo a segurança, funcionalidade, acessibilidade, salubridade ou utilização adequada das edificações públicas municipais;
  - X. Apresentar documentação falsa, prestar declaração falsa ou agir de modo fraudulento durante o procedimento licitatório ou execução contratual;
  - XI. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - XII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - XIII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - XIV. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
  - XV. Descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais ou normas de segurança do trabalho relacionadas à execução contratual;
  - XVI. Deixar de atender às notificações, determinações ou solicitações emitidas pela fiscalização contratual;
  - XVII. Utilizar materiais inadequados, fora das especificações técnicas ou em desacordo com os padrões de qualidade exigidos pela Administração Municipal.

## **8.2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.2.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, as seguintes sanções:

### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**I – ADVERTÊNCIA**

- a) A sanção de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, descumprir obrigações de pequena gravidade ou praticar irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) A advertência poderá ser aplicada, dentre outras hipóteses, em casos de atrasos pontuais, falhas operacionais de baixa gravidade ou descumprimentos formais que não comprometam significativamente a execução contratual.

**II – MULTA**

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento);
- b) Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, descumprimento grave das obrigações contratuais ou ocorrência de situações que comprometam significativamente a continuidade dos serviços públicos;
- c) A aplicação da multa não impede a rescisão contratual, a aplicação de outras penalidades previstas em lei ou a responsabilização da contratada por perdas e danos eventualmente causados à Administração Municipal.

**III – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

- a) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XV, XVI e XVII do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá a CONTRATADA de participar de licitações e celebrar contratos com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo previsto na legislação vigente.

**IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

- a) A declaração de inidoneidade será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos X, XI, XII, XIII e XIV do item 8.1, bem como nos casos de infrações graves que justifiquem penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) A sanção de declaração de inidoneidade impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação na forma da lei.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Municipal, ao patrimônio público ou a terceiros, nos termos do art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, nos termos do art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

8.4.1. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.2. Caso as multas aplicadas e indenizações cabíveis sejam superiores aos valores eventualmente devidos pela Administração Municipal à CONTRATADA, além da perda desses valores, a diferença poderá ser descontada de garantia eventualmente prestada ou cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. A aplicação das sanções administrativas será realizada mediante regular processo administrativo, assegurando-se à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa e todos os meios legalmente admitidos, observando-se os procedimentos previstos no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Na aplicação das penalidades serão considerados:

- I. A natureza e gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos causados à Administração Municipal, ao patrimônio público ou à continuidade dos serviços públicos;
- V. A vantagem auferida ou pretendida pela CONTRATADA;
- VI. A existência de reincidência;
- VII. A adoção ou aperfeiçoamento de programa de integridade, compliance ou mecanismos internos de prevenção de irregularidades, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em outras normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observando-se o rito procedimental e a competência definidos na legislação pertinente.

8.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos neste contrato ou provocar confusão patrimonial, hipótese em que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica poderão ser estendidos aos seus administradores, sócios com poderes de administração, sucessores ou empresas coligadas, controladoras ou controladas, nos termos do art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.9. A Administração Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às penalidades aplicadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser objeto de reabilitação, observadas as condições e requisitos previstos no art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. A aplicação das penalidades previstas neste instrumento não afasta a possibilidade de rescisão contratual, aplicação das demais medidas administrativas cabíveis e responsabilização civil, administrativa e criminal da CONTRATADA, quando couber.

**9. DO CANCELAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1. Constituem motivos para o cancelamento da prestação dos serviços, rescisão contratual, cancelamento da Nota de Empenho ou aplicação das medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

- a) O descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, especificações técnicas, obrigações assumidas, prazos estabelecidos ou determinações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação;
- b) A execução irregular, inadequada, deficiente ou em desconformidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais das unidades administrativas pertencentes e vinculadas à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA;
- c) A lentidão injustificada na execução dos serviços, comprometendo a continuidade das atividades administrativas, a segurança das edificações públicas ou o adequado funcionamento das unidades municipais;
- d) O atraso injustificado no atendimento das Ordens de Serviço emitidas pela Administração Municipal;
- e) A paralisação total ou parcial da execução dos serviços sem justa causa, sem prévia comunicação formal ou sem autorização da Administração Municipal;
- f) A subcontratação total do objeto contratual, bem como a subcontratação parcial sem prévia autorização da Administração Municipal, associação da contratada com terceiros, cessão, transferência total ou parcial das obrigações assumidas, fusão, cisão ou incorporação que comprometa a adequada execução contratual;
- g) O desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização contratual, gestor do contrato ou autoridade competente da Administração Municipal;
- h) O cometimento reiterado de falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais devidamente registrados pela fiscalização durante a execução dos serviços;
- i) A decretação de falência, insolvência civil, recuperação judicial ou extrajudicial da contratada que comprometa a execução contratual;
- j) A dissolução, encerramento das atividades ou extinção da empresa contratada;
- k) Razões de interesse público, devidamente justificadas e fundamentadas pela autoridade competente da Administração Municipal, decorrentes de fato superveniente que torne necessária a rescisão contratual;
- l) A suspensão da execução contratual, por determinação da Administração Municipal, por prazo superior ao previsto na legislação vigente, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, situação de emergência ou força maior;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal,

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

salvo nos casos previstos em lei, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até a normalização da situação;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual;

o) O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, de segurança do trabalho ou de acessibilidade relacionadas à execução dos serviços;

p) A utilização de materiais inadequados, fora das especificações técnicas ou em desacordo com os padrões de qualidade exigidos pela Administração Municipal;

q) A prática de atos que comprometam a segurança das edificações públicas, dos servidores, usuários ou terceiros durante a execução dos serviços;

r) O descumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

9.2. A rescisão contratual poderá ocorrer de forma unilateral, amigável ou judicial, observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. A rescisão unilateral poderá ser determinada pela Administração Municipal, mediante ato formal devidamente motivado, assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.4. Nos casos de rescisão contratual motivada por culpa da contratada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização por eventuais perdas e danos causados à Administração Municipal.

9.5. A rescisão contratual não eximirá a contratada das responsabilidades decorrentes das obrigações assumidas durante a execução contratual, especialmente quanto à reparação de danos, garantia dos serviços executados e responsabilidade técnica pelas intervenções realizadas.

9.6. Em caso de rescisão contratual, a Administração Municipal poderá adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade dos serviços públicos e a preservação do patrimônio público municipal.

## **10. DA PUBLICIDADE**

10.1. O aviso de licitação será divulgado e publicado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da publicidade, transparência e ampla competitividade.

10.2. A publicação do procedimento licitatório ocorrerá nos seguintes meios oficiais e institucionais:

- Diário Oficial da União – DOU, quando legalmente exigido;
- Diário Oficial do Estado do Pará;
- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA;
- Sistema eletrônico utilizado para realização da licitação;
- Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA;

### **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

- Outros meios de divulgação que a Administração Municipal entender necessários para ampliação da competitividade e publicidade do certame.

10.3. Todas as informações referentes ao procedimento licitatório, incluindo edital, anexos, avisos, esclarecimentos, impugnações, atas, decisões administrativas e demais atos processuais, permanecerão disponíveis para consulta pública nos meios oficiais de divulgação adotados pela Administração Municipal.

## 11. DO FORO

11.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias, litígios ou questões decorrentes deste Termo de Referência, do procedimento licitatório ou da execução contratual, fica eleito o Foro da Comarca de Salvaterra/PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11.2. A eleição do foro não afasta a possibilidade de utilização prévia de meios administrativos de solução de controvérsias, quando cabíveis, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



Salvaterra/PA, 18 de maio de 2026.

**VALENTIM LUCAS DE OLIVEIRA**  
*Prefeito Municipal*  
**SALVATERRA**

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO II**  
**DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA**



**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº  
123/2006

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei. Local e data. \_\_\_\_\_

Representante legal Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



Assinatura do Responsável

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES**

**DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO**

NOME DA EMPRESA \_\_\_\_\_ CNPJ OU CIC  
\_\_\_\_\_ SEDIADA \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a  
presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente  
processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



.....  
data

.....  
(representante legal, RG e CPF)

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



PREFEITURA DE  
**SALVATERRA**  
DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO!

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES**

DECLARAÇÃO A empresa----- abaixo identificada DECLAR, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. IDENTIFICAÇÃO: Empresa: CNPJ: Signatário (s): CPF: Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz? Seleccionar: SIM ( ) NÃO ( ).

Local e data de de 2026.

(Nome Representante Legal) CPF nº (especificar)

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. ....**  
**ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA N.º. ....**

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SALVATERRA, através do XXXXXX  
XXXXXXXXXX, Entidade de Direito Público, estabelecida à Av. Duque de Caxias, 803 - Centro, Salvaterra - PA, 68480-000, neste Estado, inscrita no CNPJ/MF n.º. XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXX, com sede na xxx xx xxxxxxxxxxxx, n.º. xxx, , CEP: xx.xxx-000, no município de xxxxxxxxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ n.º. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato representado por seu sócio-administrador Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na rua XXXXXXXXXXXX, n.º. XXX -, bairro XXXXX, CEP: XXXXXXXX, no município de XXXXXXXXXXXX, Estado xxxxx, portador do registro nacional CONFEA n.º. XXXXXXXXXXXXX, têm entre si ajustado o presente contrato de execução da serviço objeto deste contrato, conforme cláusulas e condições descritas abaixo.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente contrato para execução do serviço de engenharia descrita na cláusula primeira deste termo, a ser realizada sob o regime de empreitada por preço global objeto do processo licitatório CONCORRÊNCIA n.º. XXXXXXXX, autorizada mediante termo de homologação e adjudicação constante nos autos do referido processo, mediante os termos e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, compreendendo serviços de conservação, reparos, recuperação de estruturas, adequações, manutenção elétrica, hidráulica e hidrossanitária, pintura, cobertura, alvenaria, pequenos serviços de engenharia e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento das edificações públicas, visando garantir a preservação do patrimônio público, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso das unidades administrativas, pertencentes e vinculados à Prefeitura Municipal de Salvaterra/PA, conforme projeto básico e demais documentos técnicos anexos ao edital CONCORRÊNCIA N.º. XXXXXXXX, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por PREÇO GLOBAL, inclusive com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e instalações provisórias necessárias, por conta da empresa contratada, discriminada no presente contrato.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, N.º 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica vinculado o presente termo contratual ao edital da licitação, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinados e rubricados e também:

- a) A CONCORRÊNCIA N°. \*\*\*\*\*, a proposta e os documentos que a integrem e acompanhem; e
- b) As normas, as especificações gerais e demais elementos existentes, que sirvam à definição do objeto das prestações contratuais, bem como o cronograma físico-financeiro e a planilha orçamentária.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes nos projetos básicos, os quais compõem memorial descritivo, cronograma físico e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório do qual este contrato decorre.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO**

3.1. O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$XXXX, conforme Planilhas Orçamentária adjudicadas, executadas de acordo com o Cronograma Físico.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta bancária de titularidade da contratada, através de transferência eletrônica, adiante descrita:

DADOS BANCÁRIOS: Banco xxxxx; Ag: xxxx-x; conta-corrente: xxxxxxxx.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso haja alteração de conta corrente, a contratada deverá informar a contratante a nova conta em, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da emissão da nota fiscal para que seja realizado o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos serão processados mediante requerimento da contratada, através de medição(ões) dos serviços ou de suas etapas realizadas e atestados pela Fiscalização, com uma periodicidade mensal, por preço unitário dos serviços executados, de acordo com o cronograma Físico, por etapas de serviços aprovados, observando os seguintes prazos:

Até 30 (trinta) dias, contado da data do requerimento feito pela contratada, para verificação, conferência e medição do serviço ou de suas etapas executadas; em até 30 (trinta) dias, contado da data de apresentação da fatura pela contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão pagos pela CONTRATANTE, mediante medições feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Receita deste município e aprovadas por seu engenheiro responsável técnico, além de disponibilidade financeira.

PARÁGRAFO QUARTO - As medições somente serão processadas mediante solicitação expressa da contratada.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, N° 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

PARÁGRAFO QUINTO - A primeira fatura a ser paga deverá ser acompanhada da certidão original

expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde está sendo executada o serviço, comprovando o registro do contrato naquele(s) Conselho(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Deverão acompanhar a(s) fatura(s) os seguintes documentos:

- a) Boletim(ns) de medição(ões), correspondente ao período da execução dos serviços, devidamente assinados pelo Responsável Técnico e vistada pela Fiscalização e a(s) fatura(s);
- b) Certidões Negativas de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa), conjunta com a Fazenda Federal relativa a tributos federais e a dívida ativa da União e Previdenciária (INSS); com a Receita Estadual e Municipal, todas em validade; e
- c) FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e Débitos Trabalhistas – CNDT, ambos em validade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na contagem do prazo deverá ser obedecido o disposto na Cláusula quinta deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Na inobservância do que dispõem as alíneas “a” e “b” do parágrafo segundo da Cláusula quarta deste contrato, acarretará a responsabilidade funcional e patrimonial dos servidores que lhe derem causa por ação ou omissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATANTE fará o aceite das medições mediante vistoria do fiscal responsável pelo serviço, e acompanhados de seu engenheiro responsável técnico, sendo a mesma responsável pelo acompanhamento da execução do serviço e contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O pagamento que for devido em razão de serviços eventualmente executados, motivados por força de alteração contratual, devidamente autorizados, será efetuado também contra a apresentação de fatura regularmente atestada, tendo por base:

- a) Os preços unitários da planilha orçamentária da proposta da CONTRATADA, quando os serviços forem assemelhados; e
- b) Preços unitários aprovados previamente pela fiscalização, no caso de serviços não previstos na planilha orçamentária licitada.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

5.1. A contratação terá prazo de vigência de \*\*\*\* meses, a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado, conforme art. 111 da lei 14.133/2021.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

6.1. O prazo de execução são de \*\*\*\*\* (\*\*\*\*\*) meses, a partir do termo de início do serviço,

prorrogável até o limite permitido em lei e no edital do certame correspondente.

6.2. O Termo de Início dos serviços será fornecido pelo fiscal engenheiro do Município, no presente caso, salvo motivo de força maior ou caso fortuito perfeitamente justificável, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado para a conclusão dos serviços.

6.3. Caso houver suspensão do andamento do serviço, o contrato também terá sua vigência suspensa.

6.4. O contrato poderá ser aditivado, enquanto ainda suspenso, para fins de adequação orçamentária e vigência.

6.5. Enquanto não realizado o termo de início do serviço, o contrato, ainda que assinado, terá prazo de vigência suspenso.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO**

7.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotações orçamentárias a seguir codificadas:

Órgão: \*\*\*\*\*

Unidade Orçamentaria: \*\*\*\*\*

**8. CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE. O CONTRATANTE OBRIGA-SE A:**

Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.

Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quarta.

Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

**9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:**

9.1. Arcar com as despesas de taxas de consumo, eventuais taxas de pedido de prorrogação de vigência do convênio que necessitem ser feitas, e de serviço de segurança do serviço, de suas instalações e seus equipamentos, durante a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA.

9.2. Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, assim como a Municipal, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.

9.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada,

sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

- 9.4. Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 9.5. Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 9.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 9.7. Manter o(s) servidor(es) do CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias, entregando a ele tutorial dos sistemas.
- 9.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 9.9. Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 9.10. Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do art. 65, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11. Garantir a efetiva assistência técnica necessária durante a execução dos serviços, conforme especificações próprias, e apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).
- 9.12. Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadiplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.13. Prestar garantia contratual de 1% do valor total do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, bem como mantê-la em renovação, se for o caso, em uma das opções delimitadas pelo art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.14. O prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro-garantia.
- 9.15. No caso de inadimplemento ou inexecução pela CONTRATADA e a prestação da garantia se der na modalidade de seguro-garantia, através de apólice.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO DIÁRIO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter relatório do serviço, através do qual fará as anotações inerentes à execução.
- 10.2. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato e, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, MAT. XXXX, como gestor de contrato.
- 10.3. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, fazer a análise dos materiais, os quais devem ser de primeira qualidade, usada com a aplicação da melhor técnica, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

10.4. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES**

11.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

**11.2. ADVERTÊNCIA**

11.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.3. MULTA**

11.3.1. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

11.3.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

11.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

11.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

11.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

11.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

11.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

11.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

11.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**  
*Comissão de Licitação*

11.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

11.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE.**

12.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

12.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

12.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

12.1.3. fiscalizar sua execução;

12.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

12.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

12.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;

12.1.5.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

12.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

12.3. Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

13.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art.139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA**

*Comissão de Licitação*

14.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Salvaterra/PÁ, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.



**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Avenida Victor Engelhard, Nº 123 – Centro, Salvaterra/PA, CEP: 68.860-000